



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Segunda Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Segunda Legislatura

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA SEXTA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2004.**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Declaro aberta a 6^a reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, que vai discorrer acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao último quadrimestre, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara, o palestrante disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, não podendo ser aparteado.

Também está conosco o Dr. Luiz Guilherme, Chefe do Departamento de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento.

Conforme estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo, estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Passo a palavra ao Sr. Joaquim Vieira Ferreira Levy.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Paulo Bernardo; Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente, Senador Efraim Moraes; Exmos. Srs. Parlamentares membros da Comissão, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, é com satisfação que comparecemos a esta Comissão Mista para demonstrar e avaliar o cumprimento da meta de superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos do disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO de 2004 e no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gostaríamos, inicialmente, de contextualizar os esforços e medidas adotados ao longo do ano de 2004 com vistas a assegurar o cumprimento de metas do resultado primário, elemento fundamental para a estabilidade macroeconômica do País.

Cumpre destacar, inicialmente, que, conforme o disposto no anexo de metas fiscais da LDO de 2004, a necessidade de consolidação da trajetória da queda da relação dívida/PIB indicou a conveniência de manutenção da meta de superávit primário em 4,25% do PIB para o conjunto do setor público no triênio 2004-2006. Para o exercício de 2004, a participação do Governo Federal nesse esforço traduziu-se em uma meta de superávit primário de 55,7 bilhões de reais (equivalentes a 3,15% do PIB estimado), sendo 43,3 bilhões (equivalentes a 2,45% do PIB), referentes ao



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, aqui denominados Governo Central, e 12,4 bilhões (equivalentes a 0,7% do PIB) para as estatais federais do setor público não-financeiro.

Sr. Presidente, V.Exa. me permite interromper momentaneamente a leitura do relatório para apresentar algumas imagens que poderiam ajudar o entendimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Com certeza.

Peço silêncio ao Plenário, porque quando começamos a conversar, o ambiente fica dispersivo.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Sr. Presidente, para apresentar o ambiente em que a execução do Orçamento vem se dando, vou assinalar alguns pontos que acredito serem, em boa parte, de conhecimento público. Mas acho que é interessante apresentá-los de maneira sistemática.

(Segue-se exibição de imagens.)

O primeiro ponto é a evolução do PIB, informação que recebemos anteontem, e que nos mostra crescimento da ordem de 4,2% acumulado nos últimos 12 meses. Comparando-se o nível de atividade atual com o de um ano atrás, o crescimento é de mais de 6%. Mas quando se considera o acúmulo ao longo desse período, descobre-se que produzimos, nos 12 meses, 4% a mais do que havia sido produzido nos anteriores.

Também não terá escapado à maioria que, na verdade, em 2003 não houve encolhimento da economia, apesar do forte ajuste feito tanto no setor externo quanto fiscal, mas, sim, algum crescimento. É o que nos indica o IBGE.

Um ponto importantíssimo a assinalar no gráfico anterior é o crescimento do investimento. Tenho sublinhado a importância do investimento para manter o ritmo de crescimento da economia, e a notícia que o IBGE nos traz é muito alvissareira: o investimento aumentou em 20% em relação ao ano passado. Não é só isso: ele aumentou em nível mais baixo. É verdade. Em 2003, houve queda momentânea no nível de investimento.

Este gráfico à direita é em nível, o que mostra, mesmo se compararmos aos anos de crescimento mais alto, um crescimento no investimento da ordem de 10%. Hoje, estamos com nível de investimento 10% mais alto do que o do ano passado, superando, muitas vezes, a queda observada no começo de 2003. É uma mudança fundamental, que tem impacto extraordinário na sustentabilidade da recuperação econômica.

Na próxima página, este gráfico indica, exatamente, o que eu estava dizendo: a taxa acumulada de 20%.

Próximo gráfico. Não preciso me estender sobre o setor externo, a não ser para sublinhar um fato, que está no gráfico à direita, que mostra a tendência da relação dívida externa/exportações. O Brasil hoje está com a menor relação dos últimos 20 anos. Comparando à década de 90, houve redução; se considerarmos o valor líquido, praticamente caiu pela metade: passou de 3,6 para 1,7, aí incluídas a do Governo, a da iniciativa privada e a de exportações. Ou, posto de outra maneira, a relação exportações/dívida externa duplicou. A dívida externa, hoje, como elemento de vulnerabilidade em relação ao comércio exterior, é a metade do que era no final da década de 90.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A taxa de juros real, considerando o prêmio pedido aos papéis indexados à inflação, também caiu de maneira muito significativa. Reparamos que, no final da década de 90, ela estava em 12%; durante a administração anterior, oscilou perto de 11%; e, desde o ano passado, quando o compromisso fiscal se manifestou de maneira muito clara, caiu para aproximadamente 8%.

É importante sublinhar que uma variação na taxa interna de retorno real de um projeto de 3 ou 4% faz toda a diferença entre um projeto de investimento viável ou não. Então, é dessa maneira, baixando a taxa de juro real de médio prazo, que estamos garantindo a viabilidade de investimentos e a sustentabilidade do crescimento. Já vimos a resposta, nos gráficos anteriores, do aumento de 20% na taxa de investimento.

O emprego formal também é importante. Vemos uma mudança de patamar. Ou seja, durante a década de 90, houve diminuição muito significativa do emprego formal até a flutuação do real em 1999. Nos anos seguintes, houve geração de empregos formais da ordem de 800 a 900 milhões por ano.

Ano passado, apesar de o crescimento ter sido ligeiramente positivo, não houve queda nessa geração de empregos. E, neste ano, até agora, houve geração de 1 milhão e 800 empregos formais.

Admitindo-se a sazonalidade, que pode ser vista, por exemplo, na criação dos últimos 2 meses, temos um milhão e meio. Ou seja, em dezembro de 2002, criamos algo entre 1,5 milhão; em 2004, 2 milhões de empregos. É muito difícil projetar isso. Mas, obviamente, essa taxa projetada em mais 2 ou 3 anos geraria no total 8 milhões de empregos formais, os quais, acompanhados pelos empregos informais, permitem-nos pensar numa cifra com 12 dígitos.

A composição da dívida interna também tem evoluído favoravelmente. A faixa cor de laranja é a dívida indexada ao dólar. Ela continua diminuindo. Hoje, como se vê, ela está a menos de 5%.

Por outro lado, a dívida prefixada continua aumentando. Hoje, corresponde quase a 20% do total da dívida; há 2 anos, correspondia a 2%. Ou seja, houve aumento de 10 vezes na proporção da dívida prefixada na composição da dívida pública, e a diminuição, pela metade, mais ou menos, da dívida indexada ao dólar. Esse é um elemento importante, que colabora para a diminuição das vulnerabilidades da economia.

Em outra ocasião, já disse que, obviamente, a dívida prefixada só encontra compradores voluntários — a nossa é essencialmente vendida para tais compradores, através de leilões — quando há previsibilidade macroeconômica. Estou assinalando isso porque há ligação inequívoca entre o desempenho fiscal e a possibilidade de melhorar a composição da dívida, o que é reclamo de todos.

Aqui vemos outras maneiras como a dívida tem melhorado. Junto com a ação do Banco Central de diminuição do swap, isso fez com que a sensibilidade da dívida à mudança do câmbio hoje seja a metade do que era há 2 anos. E a proporção, vamos dizer assim, dos compromissos do Governo expostos ao câmbio tem caído também mais que pela metade desde 2002. É uma mudança muito importante, que protege a economia, e é resultado, acredito, das escolhas econômicas feitas no último ano e meio.

Este é outro quadro interessante, que foi, vamos dizer, sublinhado pela reestimativa do PIB. Vemos aqui que este ano teremos nova redução da relação dívida/PIB. Ela caiu ano passado e



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

voltará a cair este ano, o que não ocorreu nos últimos 5 ou 7 anos. Desde 1997, ela tem se mantido; mesmo em 2002, ela se estabilizou.

Ano passado, ela caiu pela primeira vez. Este ano, volta a cair. Essa redução da relação dívida/PIB também tem relação muito forte com a execução do Orçamento e com as escolhas fiscais do Governo, na medida em que atendem à demanda muito clara da sociedade.

Só para citar os números valorizados pela relação corrente, em 2002, a relação dívida/PIB era 65%; ano passado, baixou para 58%; este ano, para 55%. É a medição padrão, em que se divide pelo PIB nominal. Há outras maneiras, usando valorizações do PIB, que vão indicar dinâmica na mesma proporção. Em todas há queda em relação a 2002. Quando se retiram os efeitos distorcidos do câmbio sobre o PIB, em 2002, essa queda chega até a 10 pontos percentuais.

Com relação diretamente ao nosso trabalho, que é a execução orçamentária, vemos que, nesse período do ano passado, havíamos feito superávit de 5%, considerando governos centrais, estatais e subnacionais.

As estatais têm caminho próprio de funcionamento. Este ano, estão um pouco maior na proporção do PIB em relação ao ano passado, assim como os governos subnacionais.

Num ano de eleição, verificamos que os governos subnacionais não tiveram derrapagem; ao contrário. Até a época da eleição — e aí a participação dos Municípios também é importante —, na verdade, houve ligeiro aumento de ponto dez do PIB no desempenho fiscal. Isso pode se explicar, em parte, por uma receita um pouco melhor este ano, mas, principalmente, indica maturidade da administração pública em todos os níveis de Governo. Obviamente, o Governo Central também apresentou desempenho um pouco melhor. Esse ligeiro aumento é compatível com o objetivo que nos propusemos de que o resultado fiscal deste ano seja marginalmente melhor que o do ano passado, o que é adequado para um período de crescimento da economia. Ou seja, como este ano temos de fazer mais ou menos 0,25 a mais, já estamos vendo que há resultado a mais.

Esse resultado já é com o novo PIB? Exato. Também 2004. Essa é a meta. Temos de correr um pouco. Temos ainda 2 meses para garantir que vamos chegar aos 4,5%. Estamos confiantes nisso.

Conseguimos isso, no caso do Governo Central, não obstante uma ligeira deterioração da Previdência Social. Os gastos da Previdência Social, este ano, como proporção do PIB, aumentaram em mais ou menos 0,3%. Isso para a Previdência Social é muito significativo. Devo lembrar que no ano que vem aumentará ainda mais em vista do pagamento estipulado pela MP nº 201. Será uma nova pressão na Previdência Social.

Se observarmos o gráfico, mais claro que o discurso, veremos que a execução dos limites até outubro vai muito bem. Na área social, ela excede bastante, 90%, praticamente 92%. Mesmo na área mais discricionária, está em torno de 85%, e mais dinâmica que no ano passado. Isso reflete, entre outros fatores, o bom desempenho do investimento, que se reveste, em alguns casos, do pagamento de contas do ano passado, chamados Restos a Pagar, que garante a manutenção das obras etc. Esse é o desempenho que estamos vendo.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A barra grená representa o cronograma estabelecido pelo decreto presidencial. Aqui está a representação do que os órgãos vêm gastando. Vemos que há uma aderência muito significativa entre o decreto presidencial, a programação financeira requerida pela Lei de Responsabilidade Fiscal e o que vem sendo executado. Este é o coração da execução que discutimos, o cumprimento das metas.

Aqui estão os Restos a Pagar. Este é um ponto importante. Este Governo tem garantido o pronto pagamento de Restos a Pagar, consequência natural dos prazos em que as atividades, mais particularmente os investimentos, ocorrem. Vemos que já pagamos mais de 6 bilhões, ou seja, mais de dois terços dos Restos a Pagar do ano passado, o que mostra a normalidade do funcionamento da máquina governamental. É importante notar que, desses 6 milhões, metade é investimento, mas 45% são para o transporte. Na verdade, dos gastos em transportes no ano passado, praticamente mais de 70% estão pagos. Ou seja, o Ministério dos Transportes, ao contrário do que ocorria no passado, está em dia. Isso é muito importante para garantir a continuidade das obras.

Os senhores da Comissão obviamente têm acesso às informações do SIAFI há alguns anos. Este Governo instituiu e ampliou esse acesso. Criou-se uma página no site do Tesouro, em que se obtêm os dados do SIAFI por organismo. Pode-se saber o quanto está alocado para cada Ministério, o quanto ele tem de limite de empenho, o quanto já empenhou, o quanto já gastou, o quanto desembolsou de Restos a Pagar. Estaremos brevemente dividindo tudo isso em custeio e investimento, de maneira que todas as informações necessárias para uma análise da execução do Orçamento estarão disponíveis na Internet para qualquer um. É algo que nunca existiu, mas acreditamos que é muito importante para que toda a sociedade possa fazer acompanhamento completo da execução orçamentária.

Neste gráfico, as barrinhas amarelas refletem a carga tributária em proporção ao PIB nos últimos anos. O que vemos então é o conhecido aumento, exceto o ano passado, quando a carga tributária caiu, como, aliás, víhamos dizendo, e como foi agora confirmado pelo IBGE com os dados definitivos do PIB de 2003. Pela primeira vez, a carga tributária caiu em muitos anos, e isso é importante.

Por outro lado, houve estabilização das despesas obrigatórias. Víamos, nos anos anteriores, uma compressão sistemática das outras despesas pelas obrigatórias. Nos últimos anos, apesar de o superávit ter subido, as despesas também subiram. É um ajuste fiscal que, na verdade, se deu com aumento de despesas, particularmente as obrigatórias.

Agora o Governo está fazendo uma reversão disso. Conseguimos estabilizar a carga tributária e estamos melhorando a qualidade das despesas de tal maneira que possamos alcançar nosso objetivo de manter a redução da relação dívida/PIB, como conseguimos já pelo segundo ano consecutivo, melhorando a qualidade do investimento e garantindo o equilíbrio de todo o Orçamento.

Isso é importante porque, se considerarmos algumas de nossas despesas, elas têm níveis das dos países desenvolvidos. O Brasil gasta com saúde 4,7% do PIB, o que é muito próximo ao que os países da OCDE gastam, que é da ordem de 5%.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É claro que isso não significa que, com esses recursos e com essa proporção em relação ao PIB, consigamos atender a todas as demandas de saúde. No entanto, quando nos comparamos às nações mais ricas, vemos que, em proporção ao PIB, o gasto público com saúde hoje é da ordem de 4,7% — quando se conta o gasto federal e os subnacionais —, a mesma daqueles países.

Com as aposentadorias, dá-se o mesmo. Gastamos por volta de 11% a 12%, o mesmo que Holanda, Inglaterra e França. É completamente diferente, por exemplo, do México, Coréia ou Turquia. Nesses países, o que se gasta, tanto com a aposentadoria quanto com a saúde, em proporção ao PIB, é mais ou menos a metade do que se verifica no Brasil. Apesar da nossa situação de desenvolvimento, de distribuição de renda etc., temos volumes de gastos públicos iguais aos de países desenvolvidos.

No entanto, há grande diferença, principalmente, em relação às aposentadorias. Nesses países, o gasto se transforma em mudança na distribuição de renda. A renda antes e depois do imposto é muito diferente. No Brasil, isso não se dá; é muito pequena a mudança que se consegue com os gastos sociais, apesar do volume.

Enfim, procurei dar idéia de como se tem desenvolvido a execução orçamentária. Obviamente, isso exige esforços.

Em face da necessidade de assegurar o cumprimento da meta do resultado primário, conforme determina o art. 15º da LDO, e com o intuito de dar adequado seguimento à execução das ações do Governo, o Decreto nº 4.959, de 16 de janeiro de 2004, estabeleceu um limite de execução de 6% das dotações orçamentárias de grupos de natureza de despesa e custeio de capital, até que se procedesse a melhor avaliação das receitas e despesas constantes na Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004, a Lei Orçamentária Anual. As despesas que constituem as obrigações constitucionais ou legais da União obviamente não se sujeitaram a esse limite.

Posteriormente, em entendimento ao disposto nos arts. 8º e 13º da LRF, e nos termos do art. 69 da LDO 2004, o Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, estabeleceu o cronograma de desembolsos mensais e os limites para movimentação e empenho das dotações orçamentárias dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo constantes da LOA-2004. O referido decreto limitou em 6 bilhões de reais o pagamento e a movimentação e empenho das despesas do Poder Executivo, dos quais 900 milhões de reais do limite de pagamento foram destinados à constituição de reserva financeira, para alocação futura nas despesas associadas às ações prioritárias do Governo.

Decorrido o primeiro bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF e ao § 6º do art. 70 da LDO, em março deste ano o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional relatório de avaliação das estimativas das receitas não-financeiras e das despesas obrigatórias da União. A previsão para o ano da receita total — líquida de transferências a Estados e Municípios — cresceu, na ocasião, 1,9 bilhão de reais frente à estimativa contida no Decreto nº 4.992, de 2004. Houve revisão principalmente no Imposto de Renda e na COFINS. Por outro lado, a estimativa das despesas obrigatórias foi elevada em 452,5 milhões de reais, em função do acréscimo dos gastos relacionados a pessoal e encargos sociais — no valor de 404,1 milhões de reais. Assim, a revisão do primeiro



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bimestre indicou a possibilidade de ampliação nos limites de movimentação e empenho e de pagamento do Poder Executivo.

Com efeito, o Decreto nº 5.027, de 31 de março de 2004, procedeu à expansão dos limites em 757,5 milhões, estabeleceu novo cronograma de desembolsos mensais e, visando à ampliação futura dos limites de gastos, ampliou a reserva financeira para 1,6 bilhão de reais e a orçamentária para 1 bilhão. Ademais, tendo em vista a alteração nas estimativas de crescimento do PIB, o valor nominal da meta de superávit primário do Governo Federal foi alterado para 53,4 bilhões de reais.

Encerrado o segundo bimestre, procedeu-se à avaliação das receitas e despesas primárias do Governo Central, a partir dos dados realizados até abril e da revisão dos parâmetros macroeconômicos. Constatou-se melhora no cenário fiscal e, consequentemente, a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em 1,1 bilhão de reais, efetuada com a publicação do Decreto nº 5.094, de 1º de junho de 2004. Assim, nos termos do art. 9º da LRF, reduziu-se a necessidade de limitação de despesas para 4,2 bilhões de reais. Ou seja, o contingenciamento ficou em 4,2 bilhões. A ampliação aos demais Poderes e Ministério Público da União totalizou 14 milhões de reais, assim distribuídos: 3,4 milhões ao Poder Legislativo, 9,5 milhões ao Poder Judiciário e 1,1 milhão ao Ministério Público da União. Ademais, procedeu-se à reavaliação da estimativa do PIB nominal para o ano, fazendo com que a meta de resultado primário do Governo Central e empresas estatais federais passasse de 53,4 bilhões de reais para 52,6 bilhões.

Em julho, após o encerramento do terceiro bimestre, procedeu-se à revisão das receitas não-financeiras e despesas obrigatórias do exercício, com base no cenário macroeconômico atualizado e nos valores realizados no primeiro semestre. A previsão da receita líquida do Tesouro Nacional foi ampliada em 4,5 bilhões de reais com relação ao que estava previsto no Decreto nº 5.094/04. A reestimativa das despesas, por outro lado, apontou para um aumento de 2,7 bilhões de reais nos gastos não-discretionários. Além disso, a nova estimativa do valor nominal do PIB permitiu aumento da meta do Governo em 164 milhões de reais.

Assim, em 13 de agosto de 2004, foi editado o Decreto nº 5.178, alterando-se o valor nominal da meta de superávit e estabelecendo-se a ampliação em 1,1 bilhão de reais dos limites para movimentação e empenho.

Também foi possível a identificação de parte da discrepância estatística do Governo. Desde o início do ano, parte do resultado primário gerado por algumas estatais vem sendo captado como resultado do Governo Central, ao passo que, nas expectativas dos decretos, esses recursos estavam alocados no resultado das estatais. Esse tratamento contábil temporário é aplicado no estudo e na comparação dos diferentes períodos. Em vista disso, o novo decreto de programação orçamentária e financeira passou a explicitar em seu anexo o valor gerado pela Itaipu.

Encerrado o quarto bimestre — ou segundo quadrimestre, motivo desta apresentação —, decidiu-se pela manutenção dos limites constantes do Decreto nº 5.178/04. No caso dos demais Poderes, houve ampliação de 4,7 milhões de reais dos limites para o Legislativo, 13,1 milhões de reais para o Judiciário e 1,5 milhão de reais para o Ministério Público.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A projeção da receita líquida anual foi aumentada em 4 bilhões de reais, enquanto as despesas obrigatórias cresceram 1,8 bilhão. Houve, ainda, piora no déficit do Regime Geral da Previdência Social em 445,9 milhões de reais. A meta de resultado primário em termos nominais permaneceu praticamente a mesma.

As estimativas das receitas administradas pela Receita Federal, líquidas de restituições, foram revistas em 1,7 bilhão de reais, destacando-se a alteração na previsão dos seguintes tributos: redução do IPI; aumento do IRPJ; incremento na arrecadação da COFINS, CSLL e PIS, em decorrência da aplicação da Lei nº 10.833, que estabeleceu a retenção na fonte referente a pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços.

Quanto às receitas não administradas, os principais fatores que contribuíram para a reestimativa foram: concessão de novos blocos para exploração de petróleo; recolhimento adicional de dividendos do Banco do Brasil; revisão do pagamento de pessoal e encargos da União, agora com o tratamento contábil da Contribuição ao Plano de Seguridade do Servidor; atualização da base de projeção da receita própria; e redução da receita de participação especial proveniente da queda de produção do campo de Marlim Sul, reduzindo a estimativa de ingressos da cota-parte de compensações financeiras.

A projeção das despesas obrigatórias do Tesouro Nacional foi aumentada em 1,8 bilhão de reais, o que pode ser explicado pelos seguintes fatores: acréscimo de pessoal e encargos sociais; reestruturação de carreiras; reabertura de crédito extraordinário em favor dos Ministérios das Cidades, da Integração Nacional e dos Transportes para obras emergenciais e danos causados por desastres; efeito líquido da diferença entre os valores estimados e realizados de complementação do FUNDEF referente aos exercícios de 2002 e 2003 e da revisão relativa a 2004, resultando em gasto adicional para a União em relação ao previsto. O déficit esperado da Previdência Social, por sua vez, aumentou 445,9 milhões de reais.

Com o objetivo de atender ao disposto na LDO 2004, apresenta-se, a seguir, a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário estabelecida para o segundo quadrimestre do exercício de 2004 para o conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, aqui denominados Governo Central, e para as empresas estatais federais não-financeiras, e as justificativas para os principais desvios referentes à composição das receitas e despesas do Governo Central nesse período.

No que se refere especificamente ao resultado fiscal atingido ao final do segundo quadrimestre de 2004, ressalta-se que o Governo Federal apresentou superávit primário de 48,8 bilhões de reais, 14 bilhões superior à previsão apresentada no Decreto nº 5.094/04. O resultado referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi superavitário em 43,4 bilhões de reais, tendo ficado 14,4 bilhões acima do valor inicialmente projetado. As empresas estatais federais não-financeiras apresentaram superávit de 5,4 bilhões de reais, ligeiramente abaixo da expectativa de 5,9 bilhões projetada no decreto inicial. Vale ressaltar, por oportuno, que o § 1º do art. 15 da LDO 2004 prevê a compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para as empresas estatais federais.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

É importante também esclarecer que a meta das estatais federais estabelecida no Decreto nº 5.094/04 levou em consideração o resultado de Itaipu. Todavia, os recursos referentes à amortização de contratos da empresa, a partir de janeiro deste ano, foram contabilizados como superávit primário do Governo Central, totalizando, até agosto, 2,3 bilhões de reais. Uma vez que esse montante corresponde a esforço fiscal produzido por Itaipu, o tratamento para esse fluxo poderia considerar a redução da meta de superávit primário das estatais federais e, ao mesmo tempo, a elevação da meta de resultado primário do Governo Central. O efeito seria nulo no que se refere ao superávit primário do Governo Federal, na medida em que, em seu conjunto, a meta das empresas estatais e do Governo Central permaneceria equivalente a 3,15% do PIB. Feitas essas considerações, as estatais cumpririam sua meta com folga de 1,9 bilhão de reais e o Governo Central, com folga de 12,1 bilhões.

Evidencia-se, assim, o pleno cumprimento da meta de superávit primário estabelecida para o Governo Federal no período em avaliação. O resultado primário atingido ficou acima da meta legal, em grande parte devido à melhora do cenário macroeconômico atual em face da estimativa do Decreto nº 5.094. Sublinhe-se que essa melhoria, indicada parcialmente pelos indicadores macroeconômicos antecipados, foi ratificada esta semana pelo IBGE, com contas mais completas, inclusive o PIB do terceiro bimestre.

A revisão das receitas e das despesas verificadas ao final do quarto bimestre ratifica esse cenário fiscal. O excedente acumulado até agosto deste ano deverá ser absorvido na execução das despesas obrigatórias do Tesouro Nacional e da Previdência Social nos próximos meses, em virtude da concentração dos gastos públicos no segundo semestre, e na já anunciada intenção do Governo Federal em ampliar a meta de resultado primário do setor público consolidado para a redução mais rápida da relação dívida líquida/PIB.

Quanto às empresas estatais, diante do atual cenário de estabilidade da taxa de câmbio e da alta dos preços do petróleo no mercado internacional, o esforço fiscal será compatível com a necessidade de cumprimento da meta do setor público consolidado.

Uma vez que os objetivos do segundo quadrimestre foram plenamente atingidos e a previsão para o restante do exercício está em linha com o cumprimento da meta anual, não há neste relatório a indicação de medidas corretivas.

O critério adotado para a apresentação dos resultados realizados refere-se à metodologia “abaixo-da-linha” calculada pelo Banco Central, conforme definido na mensagem presidencial de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2004, em atendimento ao art. 10, inciso IV, da LDO 2004. Os itens desagregados de receita e despesa são aqueles divulgados pelo Tesouro Nacional sob critério “acima-da-linha”. A compatibilização dos resultados é feita acrescentando-se uma linha de “discrepância estatística” decorrente da diferença entre os valores apurados pelas duas metodologias. Ademais, a partir de julho, passou-se a explicitar a fonte de discrepância estatística com o resultado apurado pelo Banco Central, decorrente da amortização de dívida de Itaipu com o Tesouro. Para fins de compatibilização entre os resultados “acima” e “abaixo-da-linha”, foi efetuado ajuste metodológico que deduzisse esse montante da discrepância atual apurada pelo Banco Central.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Com isso, a discrepância estatística ajustada perfez, ao final de agosto, R\$177,0 milhões. E continuamos trabalhando para reduzi-la.

Os principais aspectos do resultado primário obtido pelo Governo Central no segundo quadrimestre, relativamente às estimativas constantes do Decreto nº 5.094/2004, são os seguintes: as receitas do Tesouro Nacional foram superiores em R\$7,4 bilhões, com desvio de 4,5%; as despesas do Tesouro Nacional foram inferiores em R\$5,7 bilhões, com desvio de 4,8%; o déficit da Previdência Social ficou em R\$17,1 bilhões, em linha com o projetado; e o superávit primário ficou basicamente em linha.

As receitas do Tesouro Nacional atingiram R\$213,3 bilhões até agosto, superando em R\$8,2 bilhões a estimativa para o período contida no Decreto nº 5.094/2004, sendo que R\$7,4 bilhões situaram-se no âmbito das receitas administradas. As receitas não-administradas tiveram desvio de 1,8%, e aquelas relativas ao FGTS, no âmbito da Lei Complementar nº 110/2001, em R\$388,6 milhões.

Dentre as receitas administradas, os principais tributos a terem aumento foram: a CSLL, a COFINS, o Imposto de Renda Retido na Fonte — IRRF e o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica — IRPJ.

Um fator comum a todos esses desvios foi a realização da inflação superior à projetada no decreto. Ela já se reflete no aumento do deflator este ano, que obviamente impacta as receitas. Com efeito, na reavaliação do quarto bimestre houve revisão das hipóteses econômicas, sendo os mais significativos referentes aos índices de preços, às trajetórias do PIB nominal e à massa salarial.

O desvio na arrecadação da COFINS também é explicado por efeitos da transição da legislação tributária não previstos no decreto, bem como do pagamento de débitos tributários em atraso por meio de depósitos judiciais. No caso do Imposto de Renda de trabalho, o desvio é explicado, em parte, pelo crescimento da massa salarial no âmbito do setor privado e pela variação da folha de pagamento dos servidores públicos. Quanto ao IRPJ e à CSLL, contribuiu para o desvio observado o faturamento de setores específicos, como metalurgia básica, fabricação e montagem de veículos, telecomunicações e fabricação de máquinas e equipamentos.

As receitas não-administradas totalizaram R\$26,4 bilhões, com desvio de 1,8%, como mencionado.

As transferências a Estados e Municípios ficaram R\$754,3 milhões acima das projetadas, com desvio de 1,8%. O acréscimo nos repasses a Estados e Municípios foi contrabalançado pela redução de algumas transferências, em virtude da menor arrecadação da CIDE-Combustíveis do que a projetada e da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural.

Os gastos do Tesouro Nacional, incluindo as contas do Banco Central, atingiram o montante de R\$112,5 bilhões, situando-se R\$5,7 bilhões abaixo do previsto no decreto em referência. As despesas com pessoal e encargos sociais totalizaram R\$54,6 bilhões no quadrimestre, e as despesas com custeio e capital, por sua vez, atingiram R\$58 bilhões. Notem que as despesas com custeio e capital este ano são significativamente maiores, da ordem de R\$10 bilhões a mais que no ano passado.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

As despesas discricionárias do Poder Executivo totalizaram R\$37,4 bilhões. Não obstante o elevado nível de execução dos órgãos ao final do segundo quadrimestre, o desempenho tem se mantido em linha com a trajetória adequada para o cumprimento da meta no final do ano.

Os gastos discricionários dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU apresentaram desvio de R\$267,9 milhões, situando-se 11,8% abaixo do projetado.

As despesas não-discricionárias de custeio e capital alcançaram R\$17,4 bilhões, em função da dinâmica de execução dos órgãos, além de aspectos específicos do comportamento de determinadas rubricas, tais como as despesas com o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e o pagamento de sentenças judiciais.

A Previdência Social apresentou déficit próximo ao previsto, com arrecadação 1,1% acima do estimado. Também houve basicamente aumento nas despesas de sentenças judiciais de pequeno valor ocorrido em 2004. São de pequeno valor individualmente; no conjunto são, por vezes, elevadas.

Por fim, destaca-se a melhora no resultado primário das empresas estatais federais, o que permite manter a previsão anual de 11,7 bilhões de reais.

Diante do acima exposto, fica demonstrado o cumprimento da meta fiscal do Governo Federal, aprovada pelo Congresso Nacional por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de reafirmado o compromisso do Governo com a obtenção do resultado primário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy.

Vamos passar ao debate, mas antes faço pergunta a V.Sa. sobre o projeto piloto que está sendo tratado com o Fundo Monetário Internacional. Ontem a questão foi abordada aqui pelo Ministro Nelson Machado. O assunto tem suscitado grande expectativa nesta Casa. Gostaria que, na sua fala, após a intervenção dos oradores, V.Sa. fizesse esclarecimento à Comissão.

Agradeço a presença à Dra. Ana Teresa Holanda de Albuquerque, Diretora do Departamento de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal — SOF, que acompanha o Secretário do Tesouro Nacional.

Passo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino para sua intervenção.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Bom-dia a todos.

Sr. Secretário, V.Sa. falou com muita ênfase sobre a redução, depois de 7 anos, da relação dívida/PIB e sobre o desatrelamento dos títulos em relação ao câmbio. Obviamente, deixou-se de atrelá-los ao câmbio, mas passou-se a emitir títulos internos atrelados à SELIC.

A primeira pergunta que faço é a seguinte: a relação dívida/PIB se reduziu, mas o volume de títulos, não. Por quê? Porque vão ser pagos de juros em torno de 7% este ano. O Executivo, unilateralmente, ampliou o superávit primário de 4,25% para 4,5% e ainda está devendo, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, comunicação ao Congresso Nacional sobre a iniciativa. Já é a segunda vez que abordo essa questão.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Não podemos, Sr. Presidente, Deputado Paulo Bernardo, permitir que o Executivo, pelo segundo ano consecutivo, altere as metas fiscais sem dar conhecimento ao Congresso Nacional. Portanto, o Secretário do Tesouro está devendo essa comunicação formal ao Congresso Nacional.

Então, o Executivo aumentou o superávit para 4,5%. Esta dívida, portanto, deverá crescer 2,5% este ano. O que vai reduzir a relação dívida/PIB é, obviamente, o aumento do PIB. Graças a Deus, o Brasil deve crescer. Este é um dado positivo: reduz-se em 2,5%, mas a dívida pública também cresce em 2,5%, com uma agravante: desatrelada do câmbio.

Numa jogada comercial, própria de banqueiro, o Governo está utilizando o dólar baixo para resgatar esses títulos, mas em compensação está pagando quase 18% para relançar os atrelados à SELIC.

Portanto, percebemos um aumento quase explosivo da dívida pública. Estou sem os números neste momento, mas deve ter passado de 1 trilhão de reais a dívida pública brasileira.

Então, gostaria que V.Sa. fizesse análise da situação para nosso esclarecimento.

A outra questão diz respeito à revisão do PIB de 2003, tão comemorado pelo Governo, massagem no ego da base do Governo, notadamente dos Deputados do PT, quando o Presidente do Banco Central nos apresentou nesta semana cenário paradisíaco para o País.

Eu gostaria muito que houvesse esse cenário consistente na economia, que não houvesse sobressaltos, que se confirmasse o crescimento sustentado não apenas de 4,5% ou 5%, mas de 7% ao ano, que pudéssemos resgatar as pessoas à margem da sociedade, desempregadas, que acreditaram no discurso de Lula quando se elegeu Presidente da República: geração de 10 milhões de empregos, redução dos juros, ampliação de postos de trabalho. Ou seja, realmente queremos um Brasil social e economicamente mais justo, sem tantas disparidades entre as regiões. Enfim, entendemos que esse é um cenário que precisa ser avaliado.

Portanto, peço a V.Sa. que nos fale sobre essa revisão do PIB. Já existem dificuldades com o Orçamento de 2005. Essa revisão do PIB irá pressionar o Orçamento de 2005. Acredito que deve dar entre 2 ou 3 bilhões de reais.

Já que tenho direito à tréplica, fico por aqui.

Gostaria que o Secretário do Tesouro nos informasse sobre essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Pauderney Avelino.

Passo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, Sr. Secretário do Tesouro, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos documentos e nas afirmações dos Líderes do Governo e do próprio Presidente da República, há sempre uma dose de triunfalismo fantástico. O Presidente Lula diz que estamos vivendo num mar de rosas. Não sei de que época e país está falando e do que está vendo no mar de rosas. Todos os quadros mostrados são mostrados sempre — ou são mostrados apenas os positivos ou parte daqueles que interessa mostrar —, a parte que não interessa não é mostrada.

Apesar do tempo restrito de que dispomos para análise — aliás, leitura bastante dinâmica feita pelo Dr. Joaquim; ele foi tão rápido que pulava palavras, umas desnecessárias, é verdade, que



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

evidentemente tornou difícil um acompanhamento e uma análise com todo o cuidado — , vamos buscar alguns dados.

Muitos dos dados apresentados são referentes a 2 anos, 2002 e 2003: quando interessa, a 2002; quando interessa, a 2003; 2002, último ano do segundo mandato de Fernando Henrique; 2003, como alguns dizem, maldosamente, primeiro ano do terceiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Digo maldosamente porque não considero assim.

V.Sa. está falando do quadrimestre — portanto, teria de nos apresentar apenas os dados relativos ao segundo quadrimestre — , no entanto apresenta, por exemplo, a queda do juro real até outubro. Por que não mostra o que está acontecendo em novembro? O juro real cresceu em novembro. Essa curva de descenso, que vem de muito tempo, tem um momento de crescimento em novembro. Isso é preocupante.

Se a taxa fosse de apenas 8%, os investimentos seriam incentivados. Mas não é 8%! A taxa hoje é de 11%; com a SELIC, quase 18%. Os juros estão sendo pagos pelo Governo a 18%. O mercado está pagando quase 18% de juros ao ano, com taxa de inflação presumível. Se utilizarmos a LDO, é menos de 6%, 5,9%. Então, a taxa de 8% não existe, é irreal. Todos estão trabalhando com taxas de juros reais bem superiores. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: não é apresentado o perfil da dívida. A dívida interna, o pagamento da dívida, o perfil da dívida, cuja média era acima de 3 anos, é agora acima de 2 anos, caiu em 1 ano. A rolagem da dívida tem de ser feita em apenas 2 anos e pouco, o que, evidentemente, pressiona os juros para cima. Pressão dos juros, esse é o segundo ponto. Gostaria que o Secretário do Tesouro fizesse uma observação a respeito dessa questão.

Terceiro ponto: a relação dívida/PIB em relação a 2003 ou até a 2002 é insuficiente, pelo próprio gráfico. A relação dívida/PIB agora é idêntica à relação dívida/PIB 2001. Se tirarmos 2002, ano da crise política, em razão da eleição do novo Presidente, com tudo aquilo que assustou a sociedade e os investidores, e 2003, ano difícil para o País, de ajuste, verifica-se exatamente que a relação dívida/PIB 2004 é igual ou pouco superior à relação dívida/PIB 2001.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Isso, porque os anos 2002 e 2003 foram atípicos no Brasil: 2002, em razão do processo eleitoral, e 2003, em razão do ajuste. Sabemos disso.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Houve uma estabilização aí.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - É preciso constatar que, em todos os índices básicos da economia, estamos apenas superando as dificuldades de 2002 e 2003, voltando ao momento de 2001. Basicamente, é isso que está acontecendo. Isso é negativo? Não, positivo, até porque, para que se possa melhorar adiante, é preciso superar esse momento mais difícil. Não há como se chegar a momento melhor sem a superação desse momento mais difícil. Isso é inegável.

O quarto ponto diz respeito à carga tributária. Fazer comparação da carga tributária deste ano com a de 2002 é desonestade intelectual. Já vi isso ser feito muitas vezes. Todos nesta Casa sabem que em 2001 aprovamos uma legislação e houve um acordo com os fundos de pensão. Tudo aquilo que estava represado na Justiça foi liberado em 2002 como receita atípica. Não é possível



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

considerar o ano 2002 como base de comparação. Em qualquer receita, verifica-se que realmente houve salto de receita em 2002 em razão dessa receita atípica. Essa receita não foi recolhida no ano de 2002 pelos fundos de pensão, pois estava presa, à espera de decisões judiciais. Essa receita tem origem em anos anteriores. A comparação devida tem de ser 2004 com 2003. Nesse período, houve crescimento da carga tributária, sim. A União deve arrecadar até o fim do ano mais ou menos 16,5 bilhões a mais do que foi inicialmente projetado pela equipe econômica. Esse valor corresponde a quase 1% do PIB, só na área federal. Isso é crescimento de carga tributária. Tanto é verdade que se pôde destinar parte disso ao aumento do superávit primário e do salário de algumas categorias profissionais e a outras despesas.

No levantamento que recebemos na Mensagem nº 263, que trata do quinto bimestre, as estimativas atuais, líquidas, de transferências, exceto Regime Geral da Previdência Social do Governo Federal, apresentam do quinto para o quarto bimestre deste ano aumento de 2,3 bilhões. Esse é o aumento de previsão de um bimestre para o outro, o que mostra de fato o crescimento da receita, o trabalho que faz o Tesouro Nacional ou a equipe econômica no sentido de trabalhar com números sempre apertados. Evidentemente, não há dúvida nenhuma de que se vai chegar ao final do ano com superávit primário acima do previsto, além dos 4,25% e 4,5%. Aliás, isso não foi feito só por este Governo, mas também pelo outro. Para dizer a verdade, foi feito exatamente a mesma coisa. Uma coisa é o superávit primário expresso em lei; outra, o superávit primário real executado.

Quero deixar bem claro que o triunfalismo da equipe econômica, pelo menos o seu nível, pode ter vida curta. Ontem a taxa de câmbio do real em relação ao dólar estava 2,71. É verdade que o dólar se desvalorizou em relação a outras moedas. Em relação ao dólar, a taxa de câmbio é equivalente à vigente no final de 1998, quando era 1,21. Aplicado o IGPM de 1,21, em final de 1998, chegaremos perto de 1,70, 2,70; agora, estamos a 2,71. A supervalorização do real em relação ao dólar atinge exatamente os níveis daquele momento em que sempre dissemos, e dizíamos que foi um erro manter o dólar extremamente desvalorizado, porque poderia afetar as exportações.

As exportações estão sendo afetadas, sim. O superávit comercial do mês passado foi de 2 bilhões de dólares, menor que a média do ano. Está havendo queda de exportações e crescimento de importações. Essas duas curvas começaram em meados do ano e continuam a se dar agora de forma mais forte. Essa preocupação com a questão externa é muito grande em relação à nossa economia. A grande crítica que fizemos ao Governo anterior foi exatamente à tal âncora cambial, ao uso do câmbio como âncora para evitar a inflação. Essa preocupação tem de ser manifestada porque se trata de algo que pode afetar no futuro a economia. Aliás, o Ministro Luiz Fernando Furlan também alertou para isso ontem.

Então, ressalto esses pontos para que façamos uma análise crítica também em relação ao crescimento econômico atual, com a preocupação de que podemos entrar num momento não tão... É verdade que superamos grandes dificuldades, mas, em comparação a outros países emergentes, em termos de crescimento, não temos nada de brilhante.

Era o que eu tinha a dizer.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Alberto Goldman.

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, penso que temos de comemorar, sim. Nossa crescimento ocorre de 10 em 10 anos. Crescer a taxa superior às de 10 anos atrás é motivo de comemoração. Isso não foi fruto do acaso, mas de opção política. O pessoal tenta comparar, mas eu não acho que a atual gestão do Governo Lula na parte do Tesouro, financeira e econômica seja igual à do Fernando Henrique, até porque o Governo anterior foi muito descuidado com a receita, o Fisco, a gestão orçamentária e o déficit foi permanente. Só depois que o Brasil quebrou em 1999, o Governo passou a adotar o superávit primário, a buscar o superávit na balança de transações corrente, a preocupar-se com a vulnerabilidade externa; até então, era um mar de rosas, pau na máquina.

O Plano Real foi, esse sim, estelionato eleitoral: baixou artificialmente o dólar, estabeleceu paridade entre as duas moedas. Foram queimadas reservas internacionais do País e ativos para manter o irrealismo cambial. Isso custou caro para o País, o endividamento, nossa vulnerabilidade. Isso é jogar com a massa de pessoas desinformadas, com *marketing* político. Isso foi estelionato. O pior é que o Governo esticou ao máximo a situação e, em 1999, teve de fazer acordo com o FMI — pedir-lhe bênção — e se sujeitar à exigência de responsabilidade fiscal.

Não sei de onde a Oposição tirou esses números. O ajuste fiscal foi feito com elevação na carga tributária, que em 1998 era 29% do PIB. Em razão da crise gerada com irrealismo cambial, foi necessário fazer um ajuste fiscal forte, com elevação na carga tributária. Na verdade, não houve redução em despesa, mas aumento de tributo no Brasil.

Ontem o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão esteve aqui e apontou... O aumento está sendo, sim, no Orçamento, da carga tributária, porque o INSS está arrecadando mais. Se compararmos o índice de arrecadação do INSS, em razão da formalização do nível de emprego no Brasil, com o aumento da arrecadação previdenciária, constata-se realmente aumento, porque está sendo combatida a sonegação previdenciária e estão sendo formalizados os níveis de trabalho. Com isso, evidentemente, aumenta-se a base da receita previdenciária. Isso afeta, impacta a carga tributária total no Brasil.

Quando os Governos se utilizam de populismo para administrar a coisa pública, quem paga são as gerações futuras. Quanto mais tarda a gestão fiscal responsável, mais fica oneroso para as gerações seguintes arrumarem a casa.

Felizmente, em 1 ano, sem qualquer plano milagroso, sem artificialismo, sem tungada na poupança interna — o Plano Real tungou 10 dias de salário, porque não foram reajustados os vencimentos de salários com a correção da URV e com o pagamento efetivo de vencimento do salário, que foi 10 dias após —, sem fazer nenhum tipo de transferência de renda da população mais pobre para a população mais rica, foi feito esse ajuste responsável nas contas públicas.

A dívida pública, que chegou a 61% do PIB, pode fechar hoje em 52%, 53% do PIB. Com isso, diminui o custo na tomada, no rolo e na revisão da dívida pública, porque estão sendo pagos menos



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

juros para rolar a dívida. O Risco Brasil é o menor. No Governo Fernando Henrique Cardoso, a média do Risco Brasil foi de 800 pontos. Pagaram-se 8% a mais na rolagem da dívida pública. Hoje se paga a metade disso, o que está desonerando o Tesouro Nacional.

Então, não sei onde a Oposição está lendo, porque o principal jornal da oposição, *Folha de S.Paulo*, nesta semana, por não poder tapar o sol com a peneira, por não poder fechar os olhos, colocou matérias importantes, interessantes, até para que a população possa começar a conhecer o que está sendo feito no Brasil. Esse crescimento não é obra do acaso porque paritariamente está crescendo o investimento. Na década passada, quem mais cresceu foi o sistema financeiro. Os juros chegaram a 43%. Quem está crescendo no Brasil é a indústria nacional para ampliar a base produtiva. O capital financeiro, que dominou durante 10 anos este País, está cedendo lugar ao capital produtivo. Então, que seja bem-vindo esse investimento direto. O empresariado, o capital privado está confiando na existência de uma gestão responsável e não vai permitir que o Brasil saia dos rumos.

A pergunta que faço ao Secretário do Tesouro é a seguinte: na década passada, o Governo foi obrigado a ir ao FMI, teve de se submeter às suas exigências por falta de competência na gestão fiscal — o acordo vence agora em 2004; a situação agora é diferente da de 1999 —, é possível ao Brasil prescindir de novo acordo com o FMI? Eu sei que em 2002 o acordo foi feito por cautela, para recompor as reservas, que estavam muito baixas. Agora, em 2004, ao finalizar o acordo com o FMI, o Brasil estará em condições de prescindir de acordo com o FMI? É possível essa independência, já que estamos gerindo o País de maneira correta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Valverde, pela questão simples ao Secretário.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Novais, último orador, porque o Deputado Rodrigo Maia teve de ir à sessão do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Sr. Secretário, na época da relatoria da Lei de Responsabilidade Fiscal, tivemos a idéia — e essa idéia aparece na Lei de Responsabilidade Fiscal — de que, a partir de certo tempo, toda dívida pública fosse feita apenas pelo Tesouro Nacional, e não mais pelo Tesouro Nacional e Banco Central, como vinha sendo feita até então. Tivemos também a idéia de que toda dívida se centralizasse no Tesouro Nacional, para efeito de transparência e de controle e até para que, com a transparência, o público passasse a se interessar por esse item tão importante. Tivemos também a idéia de colocar na Lei de Responsabilidade Fiscal a possibilidade de venda direta de títulos do Tesouro para o público. Essa idéia foi vencida ainda na discussão com a Consultoria de Orçamento. Por isso, deixamos de colocar a possibilidade de o Tesouro vender títulos diretamente a particulares, como se fazia em outros países. Posteriormente, verificamos que o Tesouro Nacional criou essa possibilidade.

Vou fazer duas perguntas. Primeira, houve alguma vantagem, pelo menos de transparência, como julgávamos, em a dívida ficar centralizada no Tesouro Nacional? Segunda, qual a vantagem de o Brasil oferecer títulos do Tesouro diretamente aos que queiram adquiri-los sem precisar de intermediários? E o terceiro ponto é o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal:



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

“Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecido no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias”.

Até que ponto este dispositivo está sendo cumprido?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Muito obrigado, Deputado Pedro Novais.

Passo a palavra ao Secretário Joaquim Levy, para que responda às indagações.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Muito obrigado pela oportunidade de debater e de poder responder a essas perguntas, que são estimulantes e que nos levam a importantes reflexões. Aliás, são reflexões de atitude, como mencionou o Deputado Pauderney Avelino, em relação à revisão do PIB e à execução orçamentária. Eu discordo um pouco do Deputado Alberto Goldman no seguinte sentido: na verdade, acho que a evidência da ausência do triunfalismo é exatamente a execução orçamentária. As margens de prudência que têm referenciado essa execução dão bem a medida de que, apesar de estarmos conscientes do bom desempenho da economia e de apontarmos e procurarmos dar relevo ao que de bom e de importante está acontecendo — até porque acho que hoje se resgata essa idéia da auto-estima, importante para o Brasil —, temos de ter orgulho do que estamos fazendo bem e dos resultados que estamos obtendo, assim como precisamos ter plena consciência dos desafios.

Completei minha apresentação com alguns desafios fiscais muito claros, como o desafio do aumento de pressões fiscais, etc. Deve-se, aliás, alinhavar — e aqui respondo a uma outra pergunta que me foi feita — o fato de que as despesas com juros são altas. No entanto, elas não vêm apresentando uma tendência de crescimento, ao contrário da relação dívida/PIB, que apresentava uma tendência de crescimento até 2002, assim como da despesa primária. Esta, com proporção do PIB, continuava até 2003 apresentando uma tendência de crescimento. Na verdade, despesas com juros têm sido com altos e baixos, mas na média ela não tem crescido de 1997 para cá.

Estou falando tudo isso, porque, por exemplo, em 2003 viemos a descobrir — talvez fortuitamente — que a meta calculada com o novo PIB do IBGE, o resultado fiscal em 2003 foi exatamente de 4,250000, ou algo muito próximo — não sei se chega a ter 4 zeros mas o que parecia um excesso. Na verdade, mostrou-se uma administração prudente, porque tínhamos o sentimento de que havia grande chance até de o PIB ser reavaliado um pouco para cima, assim como — conforme muito bem levantou o Deputado Pauderney Avelino — o fato de que há muito a ser comemorado, de que esteja identificado que a economia vai bem, está muito saudável, significa que o desafio é até um pouco maior na execução das metas no final do ano. Foi por isso que tivemos uma administração prudente e coerente com o que esperávamos em termos de economia. De um lado, o IBGE reconhecer que a economia vai bem não aumenta as receitas de hoje para amanhã, apenas explica



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

por que as receitas vêm mais altas, não é por nenhuma ação maquiavélica do Governo, mas porque o País está crescendo, os preços estão um pouco mais altos do que havíamos imaginado no começo do ano. Então, as receitas têm vido mais fortes, razão pela qual ela ter um elemento cíclico. Por isso, até aumentamos a meta para esse ano.

Enfim, a comemoração é sempre positiva, mas ela não deve interferir na administração cuidadosa da coisa pública.

Em relação à dívida/PIB, como disse, os juros estão mais ou menos estáveis. Na verdade, este ano vão cair, e é muito provável que este ano o déficit nominal fique muito próximo da casa de 3%, e até talvez menos, o que é uma evolução muito importante, pois avalia a boa dinâmica da relação dívida/PIB. Nominalmente, acredito que a dívida líquida tenha até se estabilizado; a dívida do Tesouro, ou seja, o que emitimos, cresce nominalmente porque os preços crescem. Isso é normal, não acredito que haja maiores problemas.

Devo dizer que um dos fracassos da administração em 2003, no que tange ao Tesouro, foi o fato de que havíamos dito, no começo do ano, que tínhamos dado uma banda para o valor da dívida, e no final de 2003 essa banda superava em certo momento um trilhão, o que prontamente, no começo de 2003, saiu em todos os jornais, inclusive nos da Oposição, informando que a dívida estaria atingindo 1 trilhão. Mas fracassamos, porque ao final do ano não alcançamos 1 trilhão. Este ano possivelmente, dado o aumento dos preços, a dívida estará emitida, não necessariamente a dívida líquida, mas a dívida emitida pelo Tesouro. Acho que desta vez ficaremos um pouco acima de 1 trilhão.

Acho que a administração da dívida, fora essa pequena brincadeira, tem sido, sim, como perguntou o Deputado Pedro Novais, cada vez mais transparente. Ao menos temos procurado fazer isso; temos publicado de maneira muito sistemática todos os números da dívida, relatórios que mostram o que pretendemos fazer. Depois temos relatórios de avaliação do que conseguimos, do que não conseguimos, por que não conseguimos, alternativas, etc.

Então, acho que houve um avanço. Ainda agora, recentemente, o Senado votou uma resolução que ratifica a passagem da venda da dívida externa também para o Tesouro. Acho que esse processo tem sido positivo e permitido cada vez maior transparência.

Quanto à venda dos títulos ao público, acho que não preciso defender, mas fico extremamente satisfeito que o Deputado Pedro Novais tenha levantado esse fato. Até proponho, se o Presidente Paulo Bernardo achar conveniente, que enviamos um time para apresentar aos funcionários da Casa e aos Parlamentares as vantagens da passagem direta para o Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O senhor vai querer vender títulos aqui para turma?

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Diretamente, porque é muito bom.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Aproveita e manda o dinheiro também para a gente poder fazer o investimento. (*Risos.*)



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Não dispomos de muitas verbas publicitárias, mas essa comunicação boca a boca — meus colegas do fundo sabem —, a consistência que temos afirmado, se reflete nos números, publicados também periodicamente com muita transparência.

A venda direta é muito positiva, porque, primeiro, tem um efeito pedagógico. Nós todos sabemos que a dívida pública, em grande parte, somos nós mesmos, é a nossa poupança que passa intertemporalmente. E é para isso que existe dívida pública, inclusive em países que não têm necessidade de emitir, mas é um instrumento importante; segundo, porque, dessa maneira, como dissemos no passado, o que era bom para alguns agora pode ser para todos, e estamos ampliando, a custos muito baixos, o acesso aos papéis do Governo, que tem se apreciado muito significativamente, mais uma vez, as escolhas fiscais.

Não sei exatamente a questão do tempo que procuramos para mostrar as estatísticas, em particular a estatística da relação dívida/PIB. Procuramos mostrar, de 1997 até agora, e falamos mais do que tudo sobre a tendência. Se formos ver o gráfico, a primeira avaliação sugere uma tendência de crescimento durante vários anos. Uma análise mais profunda pode, talvez, relevar outras inferências.

Ainda que comparemos a 2001, esse apenas é um primeiro passo. Revertemos a tendência, voltamos ao que era, em 2001, e temos de desfazer essa tendência feita durante anos. Não é um trabalho de um dia. As expectativas de mercado é de que teremos sucesso.

Uma pergunta de natureza muito técnica, mas muito relevante, é relacionada ao prazo da dívida, que foi levantada.

Fizemos uma espécie de composição entre prazo e o que chamamos de *duration*. A dívida prefixada, inerentemente, tem mais risco que a SELIC para quem toma. Por outro lado, ela tem menos risco para quem emite. Hoje, possivelmente, a *duration* é a mais alta dos últimos 10 anos. Isso se reflete um pouco por um *trade-off* em relação a prazos.

Estamos avançando nisso e gostaríamos de avançar mais. Acredito que, no total, a qualidade da dívida esteja melhorando. Tenho certeza de que quando esse pequeno impulso inflacionário, que o Banco Central vem combatendo, se esvanecer, certamente, a melhora da composição da dívida vai-se acelerar.

Creio que respondi à pergunta do Deputado Goldman sobre o prazo.

Com relação à carga tributária, eu rejeito qualquer observação maldosa de que, no final de 2002, o Governo raspou o tacho, tentando realizar todas as receitas...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Secretário, desculpe-me interrompê-lo. Eu fiz uma pergunta com relação à revisão do PIB e a sua consequência, mas o senhor passou para outras perguntas.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Desculpe-me, talvez eu não tenha sido claro.

A consequência é a seguinte: quando olhamos o desempenho, significa que a meta nominal do resultado fiscal aumentará. Significa que teremos de fazer um esforço adicional neste final de ano. Creio que ela está dentro da margem do que construímos ao longo do ano.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Significa que conterão os empenhos, os gastos e as emendas Parlamentares?

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Até agora, a execução é compatível com o atingimento — se me permite o neologismo — das metas. A que faremos até o final deste ano continua compatível.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Se o senhor me permite — porquanto somos poucos, seria importante que cada um tivesse direito à tréplica —, nessa questão da revisão do PIB, temos a reavaliação também da meta, que saiu de 4,25 para 4,50, e o esforço do Governo, de 2,45 para 2,70. Em 2,45 significaria 41 bilhões de reais; 2,70, 45 bilhões, 631 milhões se reais. Portanto, teríamos uma diferença de 4 bilhões e 500 milhões de reais, que seria o aumento de superávit primário.

Quando houve a reavaliação do PIB, saiu de 45 bilhões e 600 milhões para 47 bilhões e 180 milhões de reais. Logo, o novo aumento passou, em vez de 4 bilhões e 500 milhões, para 6 bilhões e 126 milhões.

Na quarta reavaliação do relatório tinha um saldo de 1 bilhão e 600 milhões. Na quinta reavaliação, esse saldo sumiu. Para onde foi isso?

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - A Dra. Tereza nos esclarece que teve o mesmo saldo.

De certo modo, usando um pouco o mote do Deputado Alberto Goldman, ele observou, por exemplo, que entre algumas reavaliações surgiram 2,3 bilhões de receitas. Temos de projetá-las em função das informações estatísticas disponíveis.

Compatível com o que possuiremos daqui para frente, temos uma margem de realização do superávit; em termos de projeções, temos alento em relação às receitas até o final do ano, o que me leva a crer que não teremos de fazer nenhum grande corte draconiano, mas manter a execução, como a estamos mantendo, de maneira prudente. O aumento do PIB não é motivo de triunfalismo. É motivo de consideração de como continuar o trabalho.

É essa a previsão que tenho até o final do ano. Executaremos, como havíamos planejado, sem maiores desvios.

Isso lhe satisfaz?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Com certeza, não receberia uma notícia mais clara. Portanto, terei de me satisfazer.

Na próxima semana, obviamente, faremos outros questionamentos na Comissão de Finanças e Tributação.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - O Deputado Goldman quer fazer uma observação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, em primeiro lugar, estou um pouco triste, porque não estão presentes aqueles que durante anos fizeram aqui críticas violentas à política de construção dos superávites primários.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Não identificado) - O que é isso, Deputado! Acabou de chegar o Ivan Valente. (Risos.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - O Ivan é ponto fora da curva.

Durante anos e anos, o velho PT nos fez críticas duras pela existência exatamente de um ajuste fiscal em cima da construção de superávites primários.

O novo PT, representado aqui pelo Deputado Valverde, presente nesta Comissão, faz crítica àquela crítica que se fazia antes, como se nós, no passado, não tivéssemos feito nada até 1999. Até 1999, o PT não nos criticava quanto ao superávit primário, porque não havia, não o fizemos. Depois disso, sim, passamos a ser muito criticados.

O Deputado Valverde é deste novo PT ultraliberal. Não é xingação. É constatação, porque éramos colocados como tais, os neoliberais que estavam utilizando o superávit primário. Ao invés de matarem a fome do povo, pagavam os especuladores, os bancos internacionais, o FMI. O Deputado Ivan Valente, pelo menos, é coerente. O que ele dizia antes, está repetindo hoje.

Não falaremos, agora, contra o superávit primário. Não invertemos nossa posição. Julgamos necessário em função da realidade da nossa dívida. Achamos que há exageros, mas, conceitualmente, não temos nada contra.

Tenho a impressão de que o Deputado Valverde está-se afundando, está-se afogando no mar de rosas do Presidente Lula, porque ele já está vendo no plano real um estelionato. Nisso S.Exa. repete o passado: diziam que a campanha eleitoral de 1995 era um estelionato, que o Plano Real era um estelionato.

No entanto, a declaração mais incrível, que há muito tempo não ouvia, é de que o Plano Real significou transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos. A inflação foi contida a partir da implantação do Plano Real, mas o Deputado Eduardo Valverde diz que houve transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos. E todos os partidos hoje, inclusive o próprio PT, reconhecem que foi o contrário, que o Plano Real barrou a inflação.

Aliás, os membros do Governo aqui presentes fazem questão de ressaltar sempre que a inflação é o elemento mais danoso para o vencimento dos trabalhadores, o que mais corrói os salários. No entanto, toda a política do Governo Federal, de aumento da taxa de juros e da Taxa SELIC, é exatamente no sentido de conter a inflação. A meta inflacionária, antecentem transmitida aqui pelo Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, tem exatamente a intenção de segurar a inflação. S.Exa. disse nesta Casa que a inflação é o instrumento mais importante de transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos, classe onde há maior concentração de renda.

Gostaria que V.Exa. apenas respondesse a um dos questionamentos que fiz com toda a clareza, sobre carga tributária. V.Exa. reconhece que houve aumento de carga tributária no ano de 2004 em relação ao ano de 2003? Reconhece que houve esse aumento de 16,5 bilhões de reais, ou seja, de quase 1% da carga tributária?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Alberto Goldman.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente, que com certeza vai trazer novas luzes a esta discussão, e considerarei encerradas as inscrições.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Ouvirei pelo menos o PT.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - É bom lembrar que já havíamos encerrado o debate quando o Deputado Ivan Valente chegou, antes do término da fala do Secretário.

Informo que não aceitarei mais nenhuma inscrição e que concederei a palavra, depois, ao Deputado Eduardo Valverde, para uma rápida réplica ao Deputado Alberto Goldman.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Dr. Joaquim Levy, gostaria de pedir desculpas por chegar um pouco atrasado. Tinha interesse em assistir à exposição inicial do convidado, para melhor argumentar, mas não foi possível.

Dr. Joaquim Levy, gostaria de entender a lógica assumida pelo Governo Lula desde o primeiro momento, a mesma do Governo anterior. Ouço o Deputado Alberto Goldman falar e percebo que S.Exa. não tem nenhuma crítica real à política econômica atual. Talvez só critique o fato de não termos continuado as privatizações.

Mas farei duas perguntas...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Mais do que Lula quer privatizar nem Fernando Henrique.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu entendo que o superávit primário do porte que fazemos inviabiliza o investimento produtivo no Brasil. Nós temos agora 80 bilhões de reais de superávit primário. E o mais interessante é que o Governo sempre cumpre mais do exigem os órgãos multilaterais de financiamento. Por exemplo: em acordo, o Fundo Monetário exigiu superávit de 3,75% do PIB. O Ministro Antonio Palocci ofereceu 4,25%. Agora a meta subiu para 4,5%, e devemos executar superávit maior do que esse ainda, de 5% talvez.

Dessa forma, eu entendo que não há condições de fazer investimento produtivo. Na minha opinião, investimento de 14 bilhões de reais para um país do porte do Brasil é ínfimo, é ridículo. Não temos um grande projeto de desenvolvimento e crescimento, porque, para isso, é preciso ter investimento em infra-estrutura, projeto político de longo prazo, planejamento estratégico.

A pergunta que faço é a seguinte: o que ocorreria se reduzíssemos o superávit primário, em vez de aumentá-lo? Não estou propondo a suspensão do superávit ou que ele seja zero. Estou propondo, por exemplo, baixar o superávit para 3%. Isso geraria um volume de recursos enorme para o Estado.

Repto a pergunta: o que ocorreria no País? O Brasil acabaria? O capital financeiro iria embora? A mídia ficaria louca da vida com a equipe econômica do Governo?

A segunda pergunta é a seguinte: se falarmos, na condição de País soberano, em discutir a dívida externa brasileira, em alongar o seu perfil — não estou falando em suspender o pagamento, Deputado Goldman, mas apenas em renegociá-lo, em ter margem de manobra para investimento produtivo —, o que ocorreria no Brasil?

Estou meio cansado de ouvir, por intermédio da mídia, o terrorismo do mercado financeiro, que foi assimilado, de que esse modelo é único e não há outra saída. Na minha opinião, há outra saída, sim, e ela é possível sem grandes rupturas. É preciso apenas que não desmobilizemos a força social de mudança, e é isso o que o Governo faz. Ele chegou com impulso de mudança, tinha 92% de



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

popularidade, eleito com 63% dos votos da população, e condições de, naquele momento, fazer frente aos interesses do capital financeiro, hegemônico na nossa sociedade e na economia brasileira.

Portanto, Dr. Joaquim Levy, pergunto-lhe o seguinte: se fizéssemos superávit primário um pouco menor, se sobrassem de 30 a 40 bilhões de reais para investimentos; se fizéssemos o alongamento do perfil da dívida brasileira externa, o que ocorreria exatamente? Qual seria o problema?

Estamos pagando um preço monumental pela confiabilidade e pela credibilidade junto ao mercado financeiro internacional, o que não nos dá nenhuma garantia de que as nossas vulnerabilidades serão extintas. Pelo contrário: estamos apostando num caminho para o qual, por mais que o crescimento do PIB esteja em torno de 5%, não consigo ver margem de sustentabilidade. Trata-se de um modelo dependente de outro, exportador primário, que também depende do crescimento internacional e de boas condições, que não se perpetuam, embora estejamos vivendo boas condições econômicas internacionais.

Até quando vamos continuar com essa política econômica? Existe margem de manobra para mudá-la ou vamos eternizar o comando do capital financeiro e essa transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos?

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de saber se V.Sa. tem os dados sobre o valor representativo de salário e renda em relação ao PIB, há 8 anos por exemplo, e sobre quanto representam agora. Os dados que tenho foram fornecidos ontem por Dércio Garcia Munhoz, que participou de debate realizado nesta Casa, e indicam que salário e renda representavam 42% do PIB há alguns anos e hoje representam 28%, ou seja, houve empobrecimento, transferência de salários para o capital financeiro.

Era o que gostaria de perguntar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde, para uma réplica. Na seqüência, o Sr. Secretário fará suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Peço ao Deputado Alberto Goldman que observe o quadro demonstrativo de criação de empregos. S.Exa. poderá perceber que houve aumento do emprego formal, de outubro de 2003 a outubro de 2004. Esse contingente de pessoas entrando no mercado de trabalho evidentemente impacta positivamente a receita previdenciária. E esse fato deve aumentar o volume de recursos arrecadados através de tributos.

Internamente, há divergência no Partido dos Trabalhadores em relação ao superávit primário. A China, um país comunista, adota o superávit primário sem nenhum problema. A causa do problema não está na concepção de superávit primário e, sim, no saldo de transações correntes, ou seja, a balança comercial positiva, os investimentos diretos. Isso denota entrada líquida de recursos e de capital no Brasil. O superávit primário só seria danoso se esse saldo em transações correntes fosse negativo. Aí faltaria ao Estado e ao setor privado capacidade de fazer investimentos, o que é danoso.



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O superávit primário não é algo bom porque o Estado economiza, deixa de gastar, principalmente quando gasta mal. Não é o gasto que faz diferença, mas a sua qualidade.

O populismo de esquerda e de direita é danoso. A situação do País, de vulnerabilidade interna e externa, é fruto de populismo. Muitas vezes temos a tendência de abraçar essa causa, como se não fosse necessário administrar melhor, zelar, orientar e dirigir corretamente a coisa pública. A nossa maior dificuldade, enquanto esquerda, é a de entender que não se pode fazer milagre em relação à administração pública sem sustentáculo ou substrato material que dê embasamento ao investimento. Essa é uma questão que vamos debater dentro do partido.

O Governo anterior foi obrigado a fazer o superávit primário porque durante 4 anos houve déficit permanente no saldo de transações correntes, na balança comercial. Com o *default* ou a crise de 1999, o Governo foi obrigado a ser um pouco mais responsável fiscalmente e, com isso, passou a adotar a atual política a que o nosso Governo teve de dar prosseguimento.

A dívida pública, nos países endividados e emergentes, é fonte de agiotagem. A esquerda precisa entender que país emergente endividado não cresce e se mantém vulnerável. Temos de atacar a dívida pública para libertar o Estado. Assim, a poupança privada será redirecionada para a produção e não para saldar dívida feita por Governos irresponsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Obrigado, Deputado Eduardo Valverde.

Com a palavra o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Joaquim Levy, para responder às perguntas e fazer suas considerações finais.

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Muito obrigado.

O ponto levantado pelo Deputado Eduardo Valverde, relativamente a semelhanças e diferenças, com base em vários ângulos do passado, certamente significativos, expõe que nem tudo é tão igual quanto parece. Num certo momento, parece haver certa mudança de patamar, se entendi bem a intervenção do Deputado, na geração de empregos. Ao contrário de alguns anos atrás, agora é verdade que há superávit. Há alguns anos havia destruição e agora há criação de empregos formais numa taxa que, se juntarmos a criação de emprego informais, provavelmente superará os 2 bilhões, o que, projetado sobre um horizonte de alguns anos, chegará à cifra de 12 ou 9 dígitos, 1 bilhão vezes 10, qualquer que seja o número de dígitos.

Para completar a apresentação, e talvez respondendo ao Deputado Ivan Valente, informo que o superávit primário permitiu — como já mostramos antes; e depois posso distribuir o material — pela primeira vez a redução da relação dívida/PIB. É o segundo ano em que ela cai. Dessa forma, diminuem as pressões financeiras, como disse o Deputado Eduardo Valverde. A reversão disso é um quadro difícil de delinear.

Talvez eu me separe um pouco dessa visão porque não vejo o superávit primário como a causa primeira da diminuição de investimentos. Conforme mostrei em gráfico anteriormente, as despesas obrigatórias continuam crescendo, estabilizaram-se agora, mas por muitos anos cresceram e certamente pressionam as outras despesas. Também assinalei as despesas correntes, entre as quais sobressaem as transferências de gastos com saúde, entre outros. Hoje já têm no Brasil proporções semelhantes às de países desenvolvidos. O que ocorre? De certo modo, o nosso



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Orçamento se torna parecido ao da Holanda ou da Bélgica, cuja maior parte é destinada a despesas com Previdência Social, saúde pública, pagamento de juros. E sobra pouco para investimento, quadro muito diferente, como eu dizia, do verificado na Coréia ou no México, países que ainda estão numa fase de desenvolvimento mais próxima à do Brasil, mas que têm distribuição do orçamento diferente.

O que distingue o Orçamento brasileiro do orçamento dos países mais desenvolvidos é que, apesar da magnitude, os gastos de transferência social não são capazes de alterar a distribuição de renda. Por exemplo: estatísticas demonstram que em muitos países a proporção da renda das camadas 20% mais ricas, oriundas de transferência do Governo, é 8 ou 10 vezes menor do que a transferência de renda que das camadas mais pobres. No Brasil a proporção é a mesma: os mais ricos recebem 20% da sua renda por meio de transferência do setor público, e os mais pobres também. Em países desenvolvidos, os mais pobres recebem 40% de transferência, e os mais ricos recebem 3%, 4%, 5%.

Essa é a medição da nossa eficiência em gastos públicos. O Governo está enfrentando esse desafio com o Programa Bolsa-Família e uma série de outras medidas, como a reforma da Previdência Social.

São temas complexos. Não sei se poderia fazer justiça a eles, até por causa da premência do tempo.

Em relação à pergunta feita pelo Presidente, Deputado Paulo Bernardo, no começo desta reunião, o projeto-piloto avança, mas não está concluído. Talvez fosse um pouco precipitado passar a idéia de pacote fechado. Conforme temos insistido — e é uma discussão que ocorre em vários países —, acho que o Brasil se situa bem nessa discussão. Temos recebido sinais encorajadores. Representa mudança muito importante para nós, de melhoria da qualidade do gasto. E nosso objetivo não é gastar, mas ter a obra pronta no final e que seja efetiva. É o que este Governo está procurando fazer. Já o Ministro Guido Mantega vinha fazendo isso, e deixou bons resultados. Lembro-me de que, em alocução neste Parlamento, no começo do Governo, S.Exa. mostrou estudos sobre como algumas obras públicas poderiam ter o mesmo resultado — acho que se referia a um aeroporto — gastando-se muito menos dinheiro.

É o que temos de continuar fazendo, para atender melhor às demandas de infra-estrutura, etc. Esse esforço do projeto-piloto se enquadra muito nisso. Os trabalhos e discussões dentro do Governo estão avançados, mas ainda não é um processo concluído, até porque, como já disse, envolve vários países, e o Fundo Monetário Internacional ainda não o concluiu. Acho que não devemos nos precipitar. Mas estou encorajado, principalmente pelo trabalho liderado pela Casa Civil, com a participação de diversos órgãos setoriais, para fazer esse esforço e tentar obter mais e melhores investimentos.

Considero a preocupação do Deputado Ivan Valente com os investimentos extremamente importante. Ontem o IBGE divulgou pesquisa que mostra crescimento de 20% nos investimentos, comparados com o montante investido há 1 ano. E mostrei alguns gráficos sobre o assunto. Mesmo comparados com os valores de 2 ou 3 anos atrás — para que não recortemos os dados de uma



CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

maneira que não seja absolutamente completa —, os investimentos mais do que se recuperaram de qualquer declínio sofrido nos últimos tempos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - E a carga tributária, Secretário?

O SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY - Mais uma vez, se o Deputado me permite, procurarei me valer da prudência que mencionei anteriormente e não tomarei atitude precipitada de expor juízo sobre a carga tributária deste ano. Como vimos, por muito tempo se considerou que a carga tributária do ano passado teria aumentado. Descobriu-se ontem que ela não aumentou. Então, procuraria não me precipitar ao fazer juízo conclusivo a esse respeito, se V.Exa. me permitir.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vou ouvir a questão de ordem do Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, devo ter recebido neste instante a Nota Técnica nº 19, de 2004, porque me ausentei rapidamente e só agora a percebi sobre a mesa. Trata-se exatamente do relatório de avaliação do cumprimento da meta do Orçamento Fiscal, um documento que deveríamos ter recebido antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Da Consultoria? Foi distribuído na terça-feira, Deputado Goldman. Na verdade, pode ter havido alguma falha no processo de distribuição, mas pedi que o relatório fosse enviado aos gabinetes por *e-mail*.

Esse é um trabalho da Consultoria Técnica. Embora ainda sem grande repercussão, a idéia é realizar um trabalho sistemático de acompanhamento.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - A data é de quarta-feira, dia 1º de dezembro. É importante que seja entregue sempre antes das audiências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - E foi enviado por *e-mail* a todos os gabinetes.

O fato é que temos de consolidar o trabalho. E queremos que sirva de referência para a Comissão Mista de Orçamento relativamente à proposta orçamentária.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Era essa a observação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, quero fazer mais uma consideração. Eu fiz uma pergunta ao Sr. Secretário Joaquim Levy, mas acho que S.Sa. evita a resposta. Perguntei o que ocorreria no País se reduzíssemos o superávit primário ou negociássemos a dívida. Pode ser qualquer resposta.

Isso tem sentido de mudança e não de continuidade. Há temor, quase terror, de que as coisas se desequilibrem completamente. Talvez amanhã, às 7h30min, a jornalista Míriam Leitão, da TV Globo, enlouqueça.

Por favor, fale alguma coisa sobre isso.



CONGRESSO NACIONAL **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Deputado Ivan Valente, é possível que a jornalista Míriam Leitão realmente enlouqueça, mas esse assunto, parece-me, merece apreciação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores antes de ser discutido nesta Comissão. Quem sabe até convidássemos para a reunião o Secretário Joaquim Levy, que, embora não filiado ao partido, certamente enriqueceria o debate.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Na condição de membro do Diretório Nacional, posso fazer o convite a S.Sa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Bernardo) - Vamos, sim, convidá-lo. Tenho certeza de que o Secretário vai aceitar o convite de bom grado.

Agradeço a presença ao Sr. Secretário Joaquim Levy, à Sra. Ana Teresa, ao Sr. Luiz Guilherme e a todos os presentes.

Está encerrada a presente reunião.